

TERMO DE REFERÊNCIA

1-OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em cursos de capacitação de vereadores que promoverá curso de capacitação com o seguinte tema: “Análise LDO 2026 e PPA (2026/2029) pelo Legislativo”.

ITEM	UND	QTD	SERVIÇO	VALOR UN.	VLR TOTAL
01	Serviço	01	Curso de capacitação	R\$	R\$

1.1 – Conteúdo Programático

Dia 10/06 - Terça-feira, das 14:00 às 17:00hrs Credenciamento e entrega dos materiais
Dia 11/06 - Quarta-feira, das 08:00 às 12:00hrs Módulo I - Fundamentos do Orçamento Público e o Papel do Legislativo 1. O Planejamento Governamental no Brasil • Importância do planejamento para a gestão pública eficiente.

2. Estrutura do Orçamento Público • Receitas Públicas: • Conceito e classificação: correntes e de capital. • Detalhamento das fontes (tributárias, transferências, operações de crédito etc.). • Despesas Públicas: • Conceito e classificação: correntes e de capital. • Despesas com pessoal, investimentos, amortização da dívida etc. • Créditos Adicionais: • Suplementares, especiais e extraordinários.

3. Instrumentos do Planejamento • Plano Plurianual (PPA): conceito, finalidade, vigência. • Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): conteúdo mínimo, papel orientador. • Lei Orçamentária Anual (LOA): estrutura e execução.

4. Competências da Câmara Municipal no Ciclo Orçamentário • Papel constitucional e legal da Câmara: análise, emendas, aprovação e fiscalização. • Interface entre orçamento público e controle externo.

Atividades e Oficinas Práticas - 14:00 às 17:00hrs
Dia 12/06 - Quinta-feira, das 08:00 às 12:00hrs Módulo II - Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 na Prática 1. O Processo Orçamentário Municipal • Etapas: elaboração, discussão, aprovação, execução, controle. • Participação social e as audiências públicas. 2. O PPA como Instrumento de Planejamento de Médio Prazo • Conceito, função e vigência. • Programas, objetivos e metas governamentais. • Integração com os planos de governo e políticas públicas setoriais. • Revisões e monitoramento. 3. Aspectos Técnicos e Políticos da Análise Legislativa • Análise das metas físicas e financeiras. •

Compatibilidade com os compromissos de campanha. • Limites da atuação legislativa sobre o PPA. • A polêmica do “Plano de Governo x PPA”. 4. Participação e Transparência • Exigências da LC 101/2000 (LRF) e da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). • Boas práticas de controle legislativo do planejamento. Atividades e Oficinas Práticas - 14:00 às 17:00hrs Dia 13/06 - Sexta-feira, das 08:00 às 12:00hrs Módulo III - LDO 2026 e a Análise da Câmara Municipal 1. Funções e Características da LDO • Natureza normativa e orientadora da Lei de Diretrizes Orçamentárias. • Papel estratégico da LDO na articulação entre o PPA e a LOA. • Conteúdo obrigatório segundo a Constituição Federal e a LRF. 2. Estrutura da LDO 2026 • Anexo de Metas Fiscais. • Anexo de Riscos Fiscais. • Anexo de Prioridades e Metas do governo para o exercício financeiro subsequente. • Definição de critérios e condições para a programação orçamentária. 3. Processo de Elaboração, Discussão e Aprovação • Prazos legais e regimentais. • Participação do Legislativo nas audiências públicas. • Atuação técnica das comissões e dos gabinetes parlamentares. 4. Dinâmica das Emendas Parlamentares • Conceito de emenda orçamentária e seus tipos: aditiva, modificativa, supressiva. • Emendas parlamentares e o papel da LDO na fixação de diretrizes para sua apresentação e execução. • Procedimentos para análise e aprovação das emendas no âmbito da LDO. 5. Previsão Correta das Emendas Impositivas • Fundamento legal das emendas impositivas individuais (EC 86/2015). • Obrigatoriedade da execução e os critérios para contingenciamento. • Exigência de previsão na LDO das condições e limites para a execução obrigatória. • Etapas para garantir a execução: indicação, aprovação, programação e execução. 6. Emendas de Bancada Municipal • Conceito e aplicabilidade em contextos locais. • Critérios para elaboração e articulação entre os vereadores. • Previsão específica de mecanismos para emendas coletivas na LDO. 7. Avaliação e Fiscalização pelo Legislativo • Acompanhamento do cumprimento das metas fiscais previstas na LDO. • Instrumentos de controle e transparência da execução orçamentária. • Relatórios de execução, prestação de contas e atuação das comissões permanentes. Encerramento - 12:00 Material Didático Apostila e pasta personalizada.

2- JUSTIFICATIVA:

Visando aprimorar as habilidades e conhecimentos dos parlamentares e o aprimoramento de suas competências, como conhecimento das leis, gestão pública, e práticas legislativas. Esse seminário permite que desempenhem suas funções de forma mais eficiente, transparente e responsável, promovendo a elaboração de políticas públicas mais eficazes e atendendo melhor às necessidades da população. Além disso, capacitação contínua contribui para a melhoria da administração pública, otimização dos recursos e fortalecimento da confiança da comunidade no trabalho legislativo. A participação da vereadora Andréia Andrade Vieira Meira nesta capacitação, representa uma oportunidade para a melhoria na administração municipal. Por isso, solicitamos a aprovação

deste requerimento para que a vereadora que solicitou a participação no curso possa aprimorar ainda mais suas competências nas práticas legislativas.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta inexigibilidade de licitação será efetuado pela Câmara Municipal de Bocaiuva-MG, por processo legal, através de fatura no período de até 05 (cinco) dias, após autorização da autoridade competente;

4.2- Se a objeto não atender as condições deste termo de referência, o pagamento ficará suspenso;

4.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

5 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.1 - Pela inexecução das condições estipuladas, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

6.1 - A fiscalização e autorização da prestação do serviço estabelecido em contrato serão realizados pela Administração, através do funcionário indicado pelo Presidente, observados os art. 169 a 171 da Lei Federal 14.133/2021, através de quem designar, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

7 - DOS MOTIVOS PARA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 – A contratação objeto deste Termo de Referência poderá ser rescindida:

7.2. – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos artigos 169 a 171 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. – Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

7.4 – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.5 – Ocorrendo à rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a Administração responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos serviços efetivamente prestados pela contratada até a data da rescisão.

8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 – As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível:

– Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante;

8.1.8 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n 5.452, de 10 de maio de 1943.” (Lei 12.440/2011);

- Qualificação Econômica - Financeira.

8.1.10 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da comarca sede da licitante.

- Qualificação Técnica

Atestado de capacidade Técnica

- Qualificações dos Palestrantes

Currículo dos Palestrantes

09 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DO CONTRATO:

09.1- Não se aplica

10 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1-A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal .14.133/21.

11 - Das Dotações Orçamentárias:

11.1 - Para cobertura desta despesa será utilizado recursos próprios da seguinte dotação orçamentária: 339039 - outros serviços terceiros - Pessoa jurídica.

Bocaiuva/MG, 02 de junho de 2025

Higor Rafael Pereira Duarte
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiuva/MG